

Segundo Reinado - Queda

João Pedro Ricaldes dos Santos – História

A queda da Monarquia deveu-se ao afastamento crescente do Imperador em relação às elites econômicas, militares e eclesiásticas. Os cafeicultores sentiam-se cada vez mais insatisfeitos com os impostos e falta de investimentos na região sudeste. Os senhores escravistas sentiram-se traídos com a Lei Áurea. O Imperador enfrentou o Clero na chamada Questão Religiosa e o Exército na Questão Militar. Este isolamento foi mais decisivo do que as idéias republicanas.

As idéias republicanas difundiram-se no Brasil desde o século XVIII (Inconfidência Mineira), mas nunca tiveram força suficiente para derrubar a Monarquia.

O Partido Republicano só apareceu em 1870, no Rio de Janeiro. Havia dois grupos de republicanos: os jacobinos, liderados por Silva Jardim, defendiam a derrubada do regime monárquico por uma ação popular e revolucionária; os republicanos “evolucionistas”, mas tarde chamados de “históricos”, como Quintino Bocaiúva e Francisco Glicério, defendiam a criação da República por meio de reformas na Constituição e não pela luta armada. Os jacobinos eram minoria, restringiam-se à cidade do Rio. Os evolucionistas eram politicamente conservadores e alguns até ex-monarquistas.

A oposição do Exército ao Império foi o fator fundamental para a queda da Monarquia. Na Guerra do Paraguai se acirraram os desentendimentos já existentes entre os líderes militares, que defendiam a profissionalização e a fortalecimento do Exército, e a Monarquia, que preferia priorizar a Guarda Nacional.

Para existir um exército forte seria necessário o desarmamento da população, mas a existência da escravidão dava o motivo para a organização armada dos latifundiários na Guarda Nacional. “A escravidão tinha ainda outra implicação negativa: boa parte da população de homens livres, passíveis de serem recrutados, era imobilizada como capitães-do-mato e feitores, na vigilância e repressão aos escravos”¹

A vitória na Guerra do Paraguai não alterou esta situação, pois ela foi creditada aos Corpos de Voluntários da Pátria, criados em 1865 para arregimentar tropas para a guerra.

“Dado a grande importância desempenhada pelos voluntários da pátria, muitos dirigentes do Império começaram a pregar contra a manutenção de uma força militar profissional numerosa. O risco de implementação de uma nova política de “enfraquecimento” voltou a pairar no ar. Assim, a denominada questão militar (ou melhor, questões militares), que antecedeu a queda da monarquia, foi fruto não somente de expectativas frustradas em relação aos salários e promoções, ou da humilhação de oficiais obrigados a capturarem escravos e a participarem de violentas campanhas eleitorais, como também de uma atitude defensiva das forças armadas. O fortalecimento da Guarda Nacional na Corte, a transferência de comandos militares para províncias distantes, o drástico corte nos gastos do Ministério da Guerra indicavam os riscos a que a instituição estava submetida”²

Entre o fim da Guerra (1870) e a queda da Monarquia (1889) decorreram quase vinte anos. A demora deste processo se deve à falta de coesão interna no Exército. Boa parte dos generais era de origem aristocrática e mantinha relações de fidelidade com Dom Pedro, que retribuía com a distribuição de cargos e títulos de nobreza. É o caso do General Osório e de Duque de Caxias. Este último foi deputado, senador, ministro e governador de Estado, além de herói de guerra.

¹ “Surge um novo poder”, In DEL PRIORE, Mary. Livro de Ouro da História do Brasil. RJ. Ediouro, 2001, página 242.

² Op cit, pág 248

Mas os militares aristocráticos, que inibiam levantes das tropas contra a monarquia, foram se tornando cada vez mais raros, na segunda metade do século XIX. Isto ocorreu devido à reforma de 1850 na organização do Exército. Antes os jovens das classes altas se incorporavam nas forças armadas já em cargos elevados, mesmo sem preparação prévia. A partir daquela reforma iniciou-se a formação de uma nova geração de líderes militares, baseada no desempenho e no tempo de serviço, o que atraiu jovens de classes inferiores. A criação da Academia Militar também estimulou a ascensão por mérito, pois estes jovens tinham a possibilidade de cursar engenharia militar, que teria grande desempenho na Guerra (produção de balões, pontes, estradas e mapas) e grande status na sociedade, rivalizando com os fazendeiros bacharéis que se tornavam deputados e senadores do Império.

Assim, durante aqueles vinte anos decisivos para a Questão Militar o Exército abrigava três agrupamentos internos: os “científicos”, liderados por Benjamim Constant (adepto do Positivismo); os “tarimbeiros”, que não tinham origem aristocrática, mas eram monarquistas e, finalmente, os aristocráticos. A morte de Osório (1878) e Caxias (1880) levou ao desaparecimento dos aristocráticos e, ainda, à aproximação de “tarimbeiros” e “científicos”. A coesão interna foi reforçada pelas ameaças e humilhações que o Exército sofreu no final da Monarquia.

Paralelamente ao conflito com o Exército, Dom Pedro II entrou em profundo atrito com o Clero. Embora submetido ao Estado pela lei do Padroado, o clero brasileiro pregou abertamente contra os maçons, grupo religioso que defendia o casamento civil e a liberdade de culto. Ocorre que muitos maçons eram ministros e senadores do Império, que reagiu com ordem de prisão a vários bispos. Apesar de não serem adeptos do republicanismo, também defensor do casamento civil, os bispos acabaram contribuindo para desgastar a imagem já abalada do rei

Havia ainda outro movimento social ativamente contrário à monarquia: o abolicionismo. A questão escravista era debatida por três correntes de opinião: os emancipacionistas, partidários da extinção lenta e gradual da escravidão; os abolicionistas, defensores da libertação imediata dos escravos; e os escravistas, defensores do sistema ou, pelo menos, da indenização em caso de abolição.

Os emancipacionistas se basearam na experiência de Portugal que, no final do século XVIII, acabou com a escravidão gradativamente, através da associação de uma lei de libertação dos negros desembarcados no País (1761) e uma lei de “ventre livre” (1773). Para a elite rural, diante das pressões inglesas, era uma solução atraente, pois evitava a abolição formal, considerada uma medida de “confisco da propriedade alheia” pelos escravistas. Assim foi aprovado no Brasil a Lei Eusébio de Queiróz (1850) e a Lei do Ventre Livre (1871)

A estratégia emancipacionista parecia estar dando certo, mas felizmente o crescimento do setor abolicionista acelerou o processo. Os abolicionistas inovaram no método de ação, pois, diferente do caráter secreto da maçonaria, criaram clubes abertos, palestras, jornais e comícios públicos. Além disto, surgiram várias alianças entre escravos e homens livres: advogados e caifazes (que protegiam ou estimulavam fugas).

As fugas em massa de escravos na década de 1880 foram decisivas para a conquista da abolição, incentivadas pela recusa do Exército em cumprir a função de capitão-do-mato

A organização dos abolicionistas forneceu um modelo para os militares, que criaram clubes militares. Estes tiveram grande participação no Golpe de 15 de novembro de 1889, que obrigou a Família Real ao exílio e assim, extinguiu o regime monárquico, então detestado até pelos escravistas (devido à Lei Áurea).